



GT 07 | Direito À Cidade, Cultura E Memória: Reparação E Reconhecimento Na Política Urbana Contemporânea – A Cidade Como Um Bem Comum

AS INJUSTIÇAS VIVENCIADAS PELOS CORPOS FEMININOS PERIFÉRICOS E SEUS TRANSBORDAMENTOS NO TERRITÓRIO: CARTOGRAFANDO A INTERSECÇÃO ENTRE OS MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NO BRASIL

Beatriz Palmeira Melo Simões¹

Alexandra Jane de Carvalho Freitas²

Lutemberg Francisco de Andrade Santana³

CORPOS QUE TRANSBORDAM: PRIMEIRAS IMPRESSÕES E ATRAVESSAMENTOS

As injustiças presentes nos territórios das cidades são reflexos das múltiplas desigualdades encontradas em uma sociedade. No caso da brasileira, faz-se visível (e gritante) que as/os habitantes das periferias urbanas têm seus cotidianos transpassados pela constante ação interrelacional dos sistemas de opressão-exploração coexistentes no capitalismo global.

No entanto, vale esclarecer que as experiências desses indivíduos se alteram de acordo com suas localizações na matriz de dominação social (Collins, 1998). Dito de outra forma, a intersecção dos marcadores sociais da diferença (Collins, 1997) atuantes nos corpos - como gênero, raça e classe - influenciam direta e concretamente o dia a dia de todos nós e constituem o que aqui denominamos de “corpo-território” (Gago, 2019, p.98, tradução nossa).

O conceito trabalhado por Verónica Gago (2019, p. 98) defende que “cada corpo é um território de batalha, uma montagem sempre em mutação e aberta ao devir, um tecido que é atacado e precisa se defender e, ao mesmo tempo, que se refaz nesses confrontos, que perdura enquanto se forma alianças”. Sendo cada corpo em si um território onde (e pelo meio do qual) se estabelecem inúmeros embates, explica-se o seu deslocamento ao centro da discussão, utilizando-o como um “novo local de pesquisa urbana” (Villagrán, 2016, p.51, tradução nossa).

Considerando isso, e tendo em mente o passado (ainda presente) escravocrata brasileiro, temos subsídios suficientes (ancoradas nas realidades cotidianas das brasileiras e brasileiros) para afirmar que as vivências urbanas das mulheres racializadas e pertencentes às classes populares sofrem impactos negativos mais intensos, visto que as forças do patriarcado, do racismo, do sexismo e do capitalismo permanecem a incidir nos corpos e moldar as suas experiências.

Diante da realidade vivida por elas, este escrito tem por objetivo produzir uma cartografia social dessas brasileiras, que são, em sua maioria, responsáveis pelos domicílios e habitantes das periferias urbanas do país, a fim de observar algumas das desigualdades espaciais que atravessam

1 Doutoranda em Desenvolvimento Urbano (UFPE), UFPE, pesquisadora, beatriz.palmeira@ufpe.br

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC), ONU-Habitat, asst. de programas, alexandrajanepi@gmail.com

3 Doutor em Desenvolvimento Urbano (UFPE), IFPE, professor, lutemberg.santana@paulista.ifpe.edu.br



os seus corpos-territórios. Para tal, marcamos que a nossa produção acadêmica inaugura-se a partir de uma desobediência epistemológica quando escolhemos um arcabouço teórico-metodológico embasado nos “feminismos periféricos, feminismos outros” (Martín, 2013), sobretudo, naquelas produzidas pelas intelectuais latino americanas, pois compartilhamos localizações sociais e epistêmicas semelhantes.

Esse pacto epistêmico com os ‘feminismos periféricos, feminismos outros’, portanto, chama-nos à responsabilidade por aquilo que produzimos e por como nos aproximamos das realidades pesquisadas. Essa proposição de um projeto metodológico-político-ético periférico apresenta-nos assim, uma possibilidade outra de fazer pesquisa e de fazê-la de maneira inconformada (com o que está posto), questionadora (daquilo que se apresenta como o padrão) e comprometida (com a criação de algo novo, mais inclusivo, democrático e revolucionário).

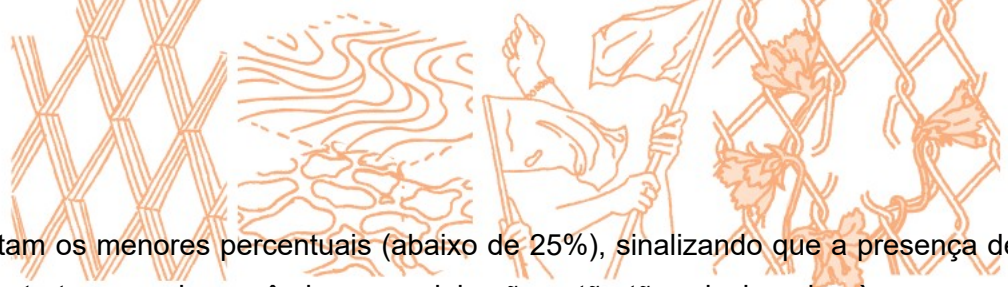
NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

Tendo isto em mente, com vistas a responder ao objetivo proposto, optamos por nos aproximar desses corpos-territórios por meio do conjunto de dados do Censo Demográfico de 2022, pois eles nos permitem elucidar as disfunções socioeconômicas e estruturais que acometem esses indivíduos diariamente. Essa fonte de dados foi adotada por ser o principal e mais atual instrumento de coleta de informações socioeconômicas da população e da infraestrutura dos domicílios brasileiros. Logo, as informações extraídas dessa base de dados nos possibilitaram produzir estatísticas descritivas e espaciais que produziram um mapeamento desses corpos-territórios femininos e racializados expostos a condições de precariedade estrutural.

Assim, propomos inicialmente a caracterização desses corpos-territórios, a partir dos marcadores sociais da diferença identificados nas variáveis do Censo de 2022: (i) domicílios particulares permanentes ocupados cujo cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio é preta ou parda, e (ii) domicílios particulares permanentes cujo o responsável é do sexo feminino. Por conseguinte, numa segunda sobreposição de dados, que visa identificar as desigualdades espaciais nos municípios brasileiros em relação à infraestrutura dos serviços urbanos e da moradia, foram adotadas as variáveis: (i) domicílio sem banheiro, (ii) acesso a esgotamento sanitário, (iii) abastecimento de água através da rede geral, e (iv) coleta de lixo.

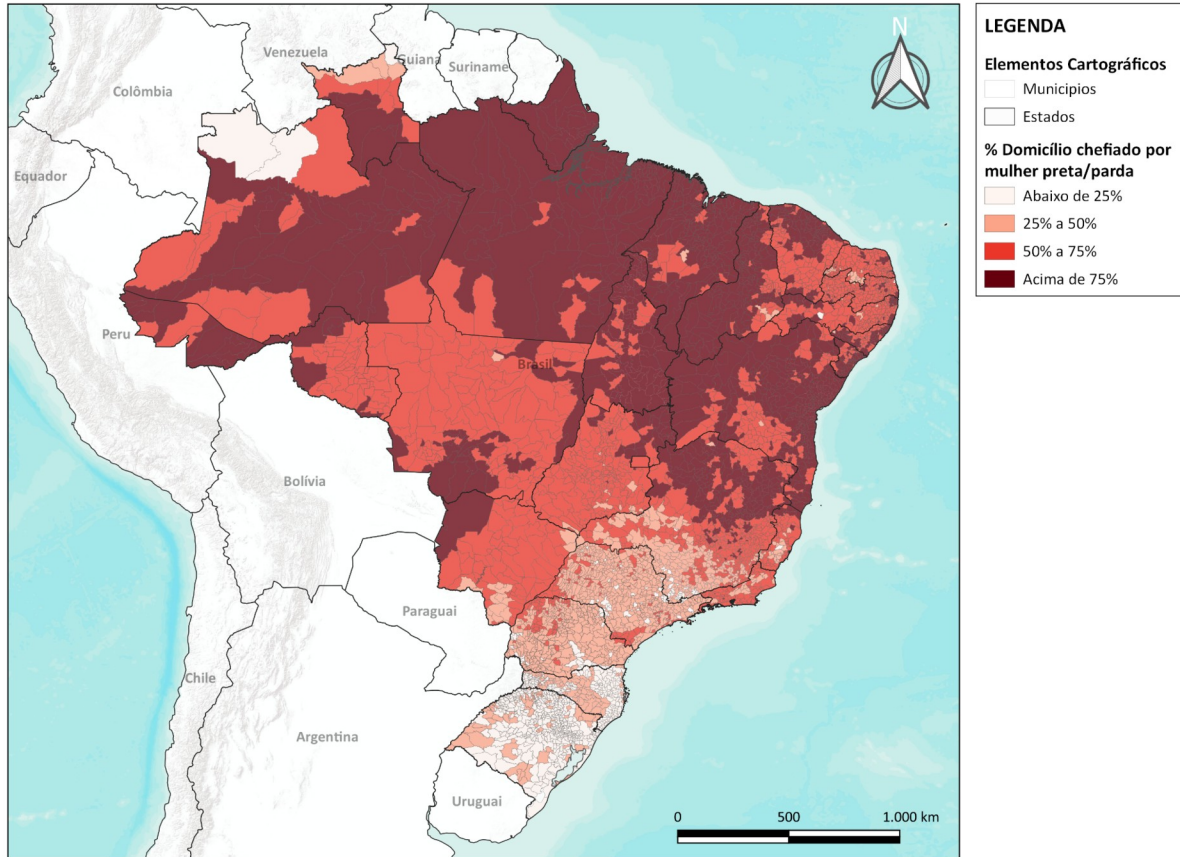
ENTRE CORPOS E TERRITÓRIOS: ANÁLISE DA ESPACIALIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar a espacialização dos marcadores sociais da diferença, na figura 1 é possível observar a distribuição territorial de domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas no Brasil, revelando um padrão espacial diretamente associado às dinâmicas territoriais de desigualdade. Observa-se uma concentração expressiva, com percentuais superiores a 75%, nas regiões Norte e Nordeste, além de parte do Centro-Oeste, indicando a intersecção entre raça, gênero e território. As regiões Sudeste e Sul, especialmente os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de



São Paulo, apresentam os menores percentuais (abaixo de 25%), sinalizando que a presença de desigualdades nas estruturas socioeconômicas e raciais não estão tão relacionadas à raça como nos outros estados.

Figura 1: Distribuição dos domicílios chefiados por mulheres pretas/pardas nos municípios brasileiros



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE).

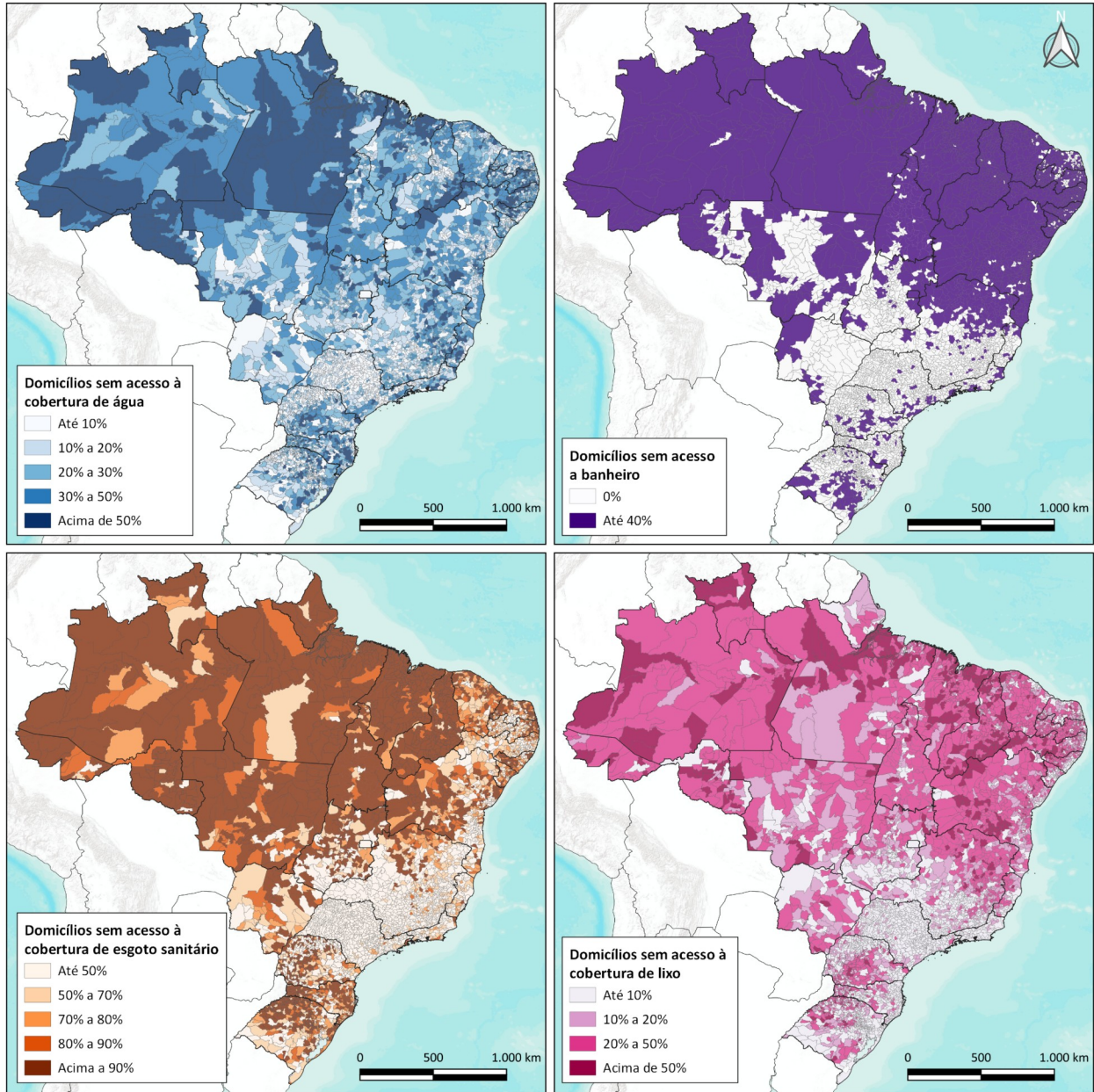
Ao associar a cartografia dos domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas com os mapas de acesso aos serviços urbanos (água, ausência de banheiro, esgotamento sanitário e coleta de lixo), na figura 2, evidencia-se a sobreposição de vulnerabilidades socioespaciais que estruturam o território brasileiro. As regiões com maiores percentuais de domicílios chefiados por mulheres pretas e pardas — notadamente Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste — coincidem com as áreas que apresentam os piores indicadores de infraestrutura urbana. O mapa revela como os corpos-territórios dessas mulheres estão diretamente atravessados por ausência de políticas públicas e heranças coloniais que moldam a dinâmica urbana brasileira.

O mapa de acesso à água revela *déficits* severos especialmente na região Norte, onde há municípios com mais de 50% da população sem acesso à cobertura de água regular. A precarização também se reflete no saneamento: o mapa de esgotamento sanitário demonstra percentuais críticos — acima de 80% de ausência de cobertura — nas regiões Norte, parte do Centro-Oeste e interior do Nordeste. A coleta de lixo segue o mesmo padrão, com *déficits* elevados nos municípios dessas mesmas regiões.



Particularmente grave é o mapa de acesso a banheiros, que escancara a persistência de condições análogas à insalubridade, afetando diretamente a dignidade das populações. Nesse contexto, os corpos-territórios das mulheres pretas e pardas aparecem como os mais atravessados por esses processos de negligência estrutural, produto de um modelo de urbanização excludente, racializado e patriarcal.

Figura 2: Acesso precário a serviços urbanos básicos nos municípios brasileiros



Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE).

Assim, a análise conjunta dos mapas reforça que as desigualdades raciais e de gênero não são apenas sociais, mas também geográficas. A intersecção entre raça, gênero e território se expressa na materialidade urbana, evidenciando que as mulheres negras/pardas não apenas chefiam os domicílios, mas o fazem em territórios marcados pela ausência histórica de direitos urbanos básicos.



TRANSBORDAMENTOS E REFLEXÕES FINAIS

Apesar das evidências aqui apresentadas, reconhecemos a existência de lacunas importantes que merecem aprofundamento em estudos futuros. Uma delas refere-se à complexidade das desigualdades que se manifestam de formas distintas nos diversos territórios brasileiros, variando conforme dinâmicas regionais, bem como atravessadas por especificidades históricas, culturais e políticas. Embora a análise cartográfica ofereça uma dimensão importante da espacialização das opressões, ela ainda carece de articulação com abordagens qualitativas que revelem as narrativas, resistências e estratégias cotidianas das mulheres negras e periféricas conforme seus contextos locais.

Diante disso, compreender essas desigualdades em sua pluralidade exige, portanto, o cruzamento entre diferentes escalas de análise – nacional, regional e local – e entre distintos saberes e metodologias, de modo a não reduzir a complexidade dos corpos-territórios a recortes estatísticos. Fato que reforça a necessidade de pesquisas interdisciplinares e comprometidas com as epistemologias do Sul, capazes de aprofundar os sentidos das injustiças e das potências emergentes nos territórios periféricos.

Como resultado, visamos contribuir com o debate interseccional a fim de permitir uma forma de compreender as desigualdades e complexidades existentes, além de tornar ainda mais evidente que esses corpos são os mais afetados pelas vulnerabilidades sócio-territoriais, que se perpetua ao longo do processo de formação socioeconômico e estrutural da nossa sociedade. Somado a isto, esperamos colaborar na identificação de padrões espaciais - de concentrações de população preta/parda e as ausências de serviços urbanos em que elas estão inseridas - que refletem as injustiças sociais que acometem os corpos-territórios das mulheres periféricas dos inúmeros municípios brasileiros, bem como no reconhecimento de áreas prioritárias às intervenções de políticas públicas, cuja finalidade seja mitigar as desigualdades econômicas, sociais e espaciais.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catherine R. (comps.). **¿Qué son los estudios de mujeres?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

COLLINS, Patricia. Comment on Hekman's "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Where's the Power? **Signs**, vol. 22, no. 2, p. 375-381, 1997.

GAGO, Verónica. **La potencia feminista, o el deseo de cambiarlo todo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



VILLAGRÁN, Paula Soto. Repensar el hábitat urbano desde una perspectiva de género: debates, agendas y desafíos. **Andamios: Revista de Investigación Social**, v. 13, n. 32, p. 25–50, 2016.